

Secretaria de Educação
promete vagas em berçários
e curso de capacitação para
professores Pág. 04

DELIBERATIVO

Sindicato elege
comissão que define
rumos políticos da
entidade Pág. 06

Manoel Ramires



NA CÂMARA

Sismuc apresenta
a pauta geral e
cobra pendências
de outras
negociações Pág. 03

Jornal do

SISMAUC



NÓS FAZEMOS A LUTA

SISMUC
SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CURITIBA

Edição 123 | MAR 2016

www.sismuc.org.br |  | 

Filiado a:

 **fessmuc**  **CONFETAM**  **CUTI**
CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS - CUT

Projeto de lei do reajuste chega à Câmara Municipal

*A proposta de reajuste de
10,36% em parcela única foi
discutida com os sindicatos
e aprovada em assembleia
geral. Pág. 06*



Câmara Municipal de Curitiba

Pedro Carrano



2ª MESA. Sindicatos rejeitaram proposta de
parcelamento da Prefeitura de Curitiba e ainda
cobraram ganho real em mesa de negociação Pág. 04

EXPEDIENTE



Sindicato dos Servidores públicos Municipais de Curitiba

Rua Monsenhor Celso, 225, 9º andar
Centro | Cep: 80.010-150 - Curitiba/PR
Telefone/fax: (41) 3322-2475
Email: imprensa@sismuc.org.br
Site: www.sismuc.org.br

Jornal. Respons.: Manoel Ramires (DRT 4673)
Jornalistas: Pedro Carrano (MTb 5064) e Phil Batiuk (MTb 10530)
Diagramação, charges e ilustrações: Ctrl S Comunicação (www.ctrlscomunicacao.com.br)
Revisão: Soraya Zgoda
Impressão: Gráfica Mansão
Tiragem: 3 mil exemplares

DIRETORIA DA GESTÃO **NÓS FAZEMOS A LUTA**

Coordenação Geral: Irene Rodrigues dos Santos
Coordenação de Administração: Giuliano Marcelo Gomes
Coordenação de Finanças: Rosimeire Aparecida Barbieri
Coordenação de Estrutura: Jonathan Faria Ramos
Coordenação de Comunicação e Informática: Soraya Cristina Zgoda
Coordenação de Assuntos Jurídicos: Adriana Claudia Kalckmam
Coordenação Formação Estudos Socioeconômicos: Juliano Rodrigo Marques Soares
Coordenação de Políticas Sindicais: Liliane Rute Cotinho
Coordenação de Organização por Local de Trabalho: Cathia Regina Pinto de Almeida
Coordenação de Juventude: Juliana de Fátima Mildemberg de Lara
Coordenação de Saúde do Trabalhador: Antônia Ferreira
Coordenação de Aposentados: Natel Cardoso dos Santos
Coordenação de Mulheres: Maria Aparecida Martins Santos
Coordenação de Raça: Dermeval Ferreira da Silva
Coordenação de Movimentos Sociais: Casturina da Silva Berquo

Tem uma ideia legal de texto? Escreva e envie para a Coluna do Leitor do Jornal do Sismuc: imprensa@sismuc.org.br



ACOMPANHE O SISMUC NAS REDES SOCIAIS!



[facebook.com/sismuc.sindicato](https://www.facebook.com/sismuc.sindicato)



[@sismuc](https://twitter.com/sismuc)

Discurso da Tribuna Livre sobre Campanha de Lutas

Todos nós temos plena consciência de que o momento da economia é ruim no mundo inteiro. Mas questionamos porque o preço da crise precisa sempre recair sobre os trabalhadores. Estamos falando aqui da proposta da Prefeitura de Curitiba que quer reajustar o salário dos servidores municipais abaixo da inflação e, ainda, parcelar em duas vezes, com a segunda somente em julho.

A proposta do prefeito Gustavo Fruet é indecente porque é mais um peso na conta de quem não pode pagar. A pancada no bolso dos municipais não veio parcelada e, contra o arrocho, nós vamos partir pra cima deles!

Curitiba e Região Metropolitana tiveram a maior variação de preços em 2015 no país. Segundo dados do IBGE, o IPCA ficou em 12,58%. Isso dá 2,02 pontos percentuais acima da média nacional, que é de 10,56%. Ou seja, a proposta de repor apenas 10,36% já está abaixo da própria média nacional, que está abaixo da inflação de Curitiba. Além de o valor ser abaixo da própria inflação, os municipais ainda por cima passariam três meses perdendo renda. Então não é uma perda de 5,18%. Corrigindo o índice oficial, isso dá 7,40% de perda entre abril e setembro, conforme a primeira proposta, sem contar a inflação mensal referente a este período. Para além disso, a administração municipal quer parcelar o reajuste, penalizando o servidor municipal por quase um semestre inteiro, na primeira proposta, e por 90 dias no "avanço" das negociações. A última vez que um parcelamento ocorreu foi na gestão de Cássio Taniguchi.

Por outro lado, vemos que a Prefeitura não hesitou em aplicar o reajuste do IPTU com o índice da inflação e mais 4% de aumento real aos curitibanos. Cadê o reflexo disso para os servidores, que operam de fato, nas pontas, o serviço público municipal sem o qual não existe prefeitura e não existe prefeito? Aliás, as eleições municipais estão aí. Qual é a mensagem que o senhor prefeito quer passar aos cidadãos curitibanos? De que é um gestor ausente, que fecha vagas em berçários, que responsabiliza a enfermagem pela demora no atendimento nas unidades de saúde, que tem medo de enfrentar a máfia dos transportes, que não consegue resolver o problema da coleta de lixo e que, ainda por cima, não sabe nem valorizar os próprios servidores públicos municipais? Nós certamente esperamos que não.

Ainda cabe destacar que, de acordo a secretaria de sinanças Eleonora Fruet, a Receita Líquida Corrente de 2015 ficou em R\$ 6,2 bilhões. Isso representa, em gastos com pessoal, 44,1%. Mas a Lei de Responsabilidade Fiscal permite ao governo municipal gastar até 51,30% no chamado "limite prudencial" e até 54% no máximo de gastos. Isso dá uma margem de outros 7 a 10% das despesas do município que podem dar conta das reivindicações dos municipais.

Sim, um dos argumentos da equipe de Fruet é que houve queda nos repasses de convênios com os

governos federal e estadual. Mas isso é uma falácia. Afinal, o salário dos servidores municipais sequer está vinculado a esses repasses. Não depende dessa verba. Depende é da vontade política do gestor. Falando nisso, foi revelado ao Sismuc, em mesa de negociação, que a Prefeitura economizou R\$ 60 milhões em horas-extras.

Recursos que poderiam retornar ao servidor em forma de valorização e de aumento real. Mas sabe em que, coincidentemente, a gestão vai gastar o mesmo valor de R\$ 60 milhões? Em software! Isso ocorre porque o prefeito não tem controle sobre o Instituto Curitiba de Informática, sobre os radares, sobre a mobilidade etc. Porque não enfrentou contratos irregulares herdados das péssimas gestões passadas, das quais nós achávamos que era a intenção desta gestão se diferenciar.

O que não queremos, portanto, é justamente voltar ao tempo em que era necessário fazer uma greve para sermos levados a sério. Porque essa possibilidade não está descartada. Os servidores municipais não irão aceitar essa proposta indecente. Nós vamos pra cima deles! Vamos parar a cidade, se necessário. E iremos à Câmara de Vereadores, pois, se a teimosia do prefeito falar mais alto, serão os legisladores que poderão ter o papel de mediar esta situação lamentável. ▲

“ A Prefeitura não hesitou em aplicar o reajuste do IPTU com o índice da inflação e mais 4% de aumento real aos curitibanos ”



SISMUC. Sindicato apresentou pauta de reivindicações e quer negociação das greves e no IPMC

Fotos: Manoel Ramires

Vereadores são contra reajuste parcelado

Por Manoel Ramires

O Sismuc ocupou a Tribuna Livre da Câmara Municipal de Curitiba para apresentar as pautas de reivindicação da Campanha de Lutas 2016. A exposição ocorre em um momento em que a Prefeitura de Curitiba negocia o reajuste salarial de seus trabalhadores concursados, cerca de 40 mil profissionais. Foram duas reuniões em que a gestão Fruet ofereceu reajuste salarial abaixo da inflação de Curitiba medida pelo INPC e ainda de forma parcelada. Os vereadores, após ouvir o relato do sindicato, disseram que são contra qualquer tipo de parcelamento. Além disso, questionaram Irene Rodrigues, coordenadora geral,

sobre pautas como IPMC, fechamento de berçários, atendimento na saúde, desvalorização da guarda municipal, plano de carreira e negociação da greve vetada por Gustavo Fruet em 2015.

Para o Sismuc, a proposta da prefeitura de parcelar o reajuste de 10,36% em abril e julho é indecente. Irene Rodrigues lembrou que a inflação em Curitiba foi a maior do país, chegando a 12,58% e que a alta da alimentação bateu 13,87%. “A pancada no bolso dos municipais não veio parcelada e, contra o arrocho, nós vamos partir pra cima deles. Nós não estamos em um leilão. A Prefeitura não pode mudar índice conforme a maré”, questionou. Irene também estranhou a antecipação de subsídios aos empresários



Sismuc apresenta a pauta geral e cobra pendências de outras negociações

do transporte e pagamento aos terceirizados: “Vemos todo o repasse adiantado para as empresas. A justificativa? Cumprir com a folha de pagamento. Enquanto isso, a gestão de Fruet corta horas-extras, descansos remunerados, faz contratações insuficientes e ainda vem com a essa proposta de reajuste abaixo da inflação”, completou.

Para os vereadores, o par-

celamento não deve ocorrer e não deve ser aprovado quando o projeto chegar à Casa. Pedro Paulo e Salamuni destacaram os avanços nas negociações nos últimos anos como Planos de Carreira, elevação do cargo de educador para professor infantil e incorporações para auditores fiscais, entre outros. Salamuni, ao final da Tribuna Livre, assumiu o compromisso da Câmara Municipal em ser

aliada dos municipais contra o parcelamento do reajuste: “Foi neste governo que valorizamos os profissionais municipais, como plano de carreira e progressões. Há empecilhos, mas me coloco à disposição para intermediar esse processo. Estamos à disposição para enfrentar esse debate. No que depender de nós, vamos ver a questão do parcelamento do reajuste”, posicionou-se.

CMC FAZ QUESTIONAMENTOS A FRUET

► Ao abrir espaço para o sindicato, os vereadores também questionaram algumas decisões políticas da equipe de Fruet. Entre elas, a desvalorização dos servidores, queda de repasses, IPMC e conciliação das greves. A primeira a tecer crítica foi a vereadora professora Josete. Para ela, “apesar da crise, o servidor não pode pagar a conta com o suor e trabalho”. Josete também considerou equivocado o fechamento de berçários e contestou a queda nos investimentos em educação, que ficaram em apenas 25%, contra os 30% prometidos por Fruet.

O IPMC também ganhou destaque nas palavras dos vereadores. Chico do Uberaba perguntou onde foi parar “R\$ 200 milhões” do Instituto,

somados a outros R\$ 70 milhões destinados a contratação de novo software, apesar de a gestão ter contrato com o ICI.

Já Noêmia Rocha, além de buscar entender o que está ocorrendo com o IPMC, destacou que a alta de impostos se deu justamente para garantir o pagamento dos municipais. “Em 2015, o IPTU e o ITBI foram reajustados e a justificativa da prefeitura era honrar os valores com os servidores”, cobrou.

Para o pastor Valdemir Soares, o governo tem prejudicado os servidores e a população: “Não é só dos servidores, mas tiram também da população, de segurança, saúde e educação, da manutenção de parques”.



CONCILIAÇÃO DAS GREVES ENTRA NA PAUTA DA CASA

► Um dos motivos para que o sindicato utilizasse a Tribuna Livre era colocar os vereadores a par das negociações, como explica Irene Rodrigues: “Todos receberam um caderno com o detalhamento de nossas pautas. Nós estamos aqui hoje expondo a situação em que a prefeitura nos meteu. Ninguém aqui poderá alegar, como já aconteceu no passado, que foi pego de surpresa”, relatou.

Neste ponto, os vereadores buscaram informações sobre a conciliação das greves que foi aprovada por eles em 2015 e vetada por Fruet com a promessa de abrir diálogo sobre o assunto. “Os senhores estiveram com a gente na reunião com o prefeito. Ele disse que ia negociar. Depois disso, foram inúmeras as tentativas de diálogo sem sucesso. Disse que discutiria novamente na data base. Esperamos novamente que essa Casa haja a favor dos servidores. Queremos terminar essa gestão como começamos, zerando os problemas de greve”, recordou Irene.

Por fim, os legisladores também questionaram sobre leis aprovadas



Coordenadora do Sismuc Irene Rodrigues apresentou a pauta dos municipais

que não foram implementadas. O sindicato, por sua vez, cobrou empenho para destravar pautas. “Ocorreram avanços em muitas negociações, mas o ritmo de negociações tem diminuído. É o caso da transição de cargos na enfermagem e ASB. A prefeitura aprovou a lei e só quer que 15% se enquadrem nela. Mas, infelizmente, a Prefeitura não retoma o debate e a saída é judicial”, explicou a coordenadora. ▲

MUNICIPAIS. Sindicatos não aceitam o parcelamento e convocam assembleia unificada

Parcelamento, não! Sindicatos querem pagamento integral

Por Pedro Carrano

Os sindicatos fizeram reuniões por dois dias seguidos com as secretarias Municipais de Recursos Humanos e de Finanças para debater a reposição salarial referente a 2015.

As entidades foram extremamente críticas à proposta oficial de 10,36%, dividida em duas parcelas, de acordo com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), quando a maioria das convenções coletivas apontam o Índice Nacional de Pre-

ços ao Consumidor (INPC) como referência, incluindo as negociações com os servidores.

A atual proposta da gestão é parcelamento do reajuste em abril e julho. Frente às críticas, a gestão ficou de fazer novos estudos de pagamento antes de encaminhar o projeto à Câmara Municipal de Curitiba, ao passo que as organizações sindicais mobilizaram assembleia unificada no dia 21 (leia matéria neste jornal).

“A Prefeitura não hesitou em aplicar o reajuste do IPTU em índice de inflação mais quatro por cento de

aumento real. A pauta é que se aplique o mesmo critério na valorização dos servidores”, defende Irene Rodrigues, coordenadora-geral do Sismuc.

VÁRIAS CRÍTICAS. As entidades questionaram e exigiram a parcela única do pagamento. “Esse parcelamento vai dar uma perda de massa de 20% para os trabalhadores”, critica Fabiano Camargo, técnico do Dieese.

O pagamento do ganho salarial em apenas uma parcela é uma conquista histórica da categoria, garantida por ampla mobilização. ▲

CONQUISTAS

Para além do índice, houve comprometimento com alguns pontos da pauta. Entre eles:

- ▶ A aceitação de atestados de dependentes até três dias no próprio local de trabalho, sem passar pela perícia médica.
- ▶ A regulamentação do direito de licença para adoção é outra medida sinalizada para o servidor.
- ▶ Adequação da Lei da licença para tratamento de dependente com renda.
- ▶ Prorrogação da licença-maternidade quando findada no período de férias coletivas da educação.
- ▶ Adequação na Lei de redução de carga horário para o servidor responsável por pessoa com deficiência.

NÚMEROS

INPC
11,08%

Alimentação
13,87%

Proposta
10,36%

Perdas com parcelamento
20%



Sindicatos negam qualquer possibilidade de reajuste parcelado

GESTÃO. Anunciado curso de capacitação para educação em parceria com a Universidade Federal do Paraná

Prefeitura promete 1044 vagas em berçários até metade do ano

Por Manoel Ramires

Uma reunião convocada pela Comissão de Educação da Câmara Municipal discutiu a oferta de vagas em berçários nos cmeis. O encontro contou com a participação do Sismuc e de mães que representam coletivo em busca de matricular seus bebês. Na discussão, a secretária de educação Roberlayne Roballo, admitiu o problema das vagas na cidade. Segundo ela, nove mil crianças ainda não estão matriculadas. Por outro lado, garantiu a abertura de 1044 novas vagas até julho. São 58 turmas de

berçários dentro dos 16 novos equipamentos a serem entregues. Para atender essa demanda, novos professores de educação infantil devem ser chamados. Atualmente, 47 mil crianças de três meses a cinco anos são atendidas pela rede.

Além da abertura de 16 novos equipamentos e 1044 vagas apenas em berçário, a secretária de educação se comprometeu a chamar professores de educação aprovados em concurso. Além disso, anunciou parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR) para a realização de curso de graduação em pedagogia para os profissionais dos cmeis. ▲

PRA CIMA. Ato em 29 de março irá expor pautas gerais

Municipais aprovam envio de reajuste à Câmara, mas querem continuar negociação

Por Phil Batiuk

Conforme exposição do Dr. Ludimar Rafanhim logo no início da assembleia geral hoje (21), a Resolução nº 21.054/02 do TSE permite que o município conceda reajuste da inflação mesmo após o prazo fixado pela legislação eleitoral.

Portanto, a definição dos servidores municipais foi pela continuidade da negociação com a Prefeitura após o envio do projeto à Câmara

de Vereadores. A reivindicação dos trabalhadores é de 15% (reajuste de 12,86% conforme o INPC mais 2,14% de ganho real).

CAMPANHA DE LUTAS. Foi deliberada, também, a realização de um ato no dia do aniversário do município, 29 de março. A intenção é lembrar gestores e vereadores de pautas históricas dos servidores municipais.

Uma delas é o Plano de Carreira para quem hoje está enquadrado na lei

11.000/04. Outro exemplo é os 33% de hora-atividade na jornada de trabalho dos professores. Também entra em pauta o problema cada vez mais grave de assédio moral, já que Curitiba ainda não tem uma lei que regulamente o crime.

Além disso, a preocupação com a saúde do trabalhador vai além da saúde no trabalho. Portanto, a reivindicação é para que se contemple a realidade e o cotidiano dos servidores em cada local e de cada cargo.



Irene Rodrigues expõe os detalhes da negociação

ATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS UNIFICADOS.

“A proposta é comemorar a data lembrando aos vereadores do compromisso que eles mesmo firmaram no ano passado em relação à negociação das faltas anotadas nos dias de greve na saúde e na educação. Afinal, somos nós, os trabalhadores, que executam nas pontas as políticas públicas que depois geram prêmios nacionais e internacionais ao município”, explica Irene Rodrigues, coordenadora geral do Sismuc. ▲

O ATO REIVINDICA:

- ▶ Continuidade da negociação salarial na Câmara;
- ▶ IPMCI/CS;
- ▶ Planos de Carreira;
- ▶ Contratações por concurso público;
- ▶ Retirada das anotações das faltas de greves.

DECRETO. Sindicato cobra empenho pela conciliação das greves ainda em abril

Pressionada, Prefeitura propõe 10,36% de reajuste em parcela única

Manoel Ramires



Prefeitura propôs reajuste em parcela única apenas na terceira rodada de negociação

Por Manoel Ramires

A Prefeitura de Curitiba mudou a proposta de reajuste salarial para os municipais. Agora, o índice de 10,36%, baseado no IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado), deve ser pago em parcela única em abril. A proposta evoluiu das antigas que pretendiam parcelar o reajuste dos servidores em abril e setembro em uma primeira versão e em abril e julho em uma segunda versão. Mesmo assim, o índice ainda está abaixo em 0,72%

do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor). Os valores devem ser submetidos em assembleia geral realizada neste dia 21 de março, no Clube dos Subtenentes. A intenção do governo municipal é encaminhar no dia 22, às 10 horas, o projeto de lei à Câmara Municipal.

Aos justificar a proposta de parcela única em abril, a secretária de recursos humanos Meroujy Cavet afirmou ter ouvido a declaração dada pelo Sismuc na Tribuna Livre da CMC. Na ocasião, a coordenadora geral Ire-

ne Rodrigues disse que o parcelamento era retrocesso e que a última vez que isso ocorreu foi no governo Cássio Taniguchi, em 2004. Pesa a favor dos municipais o compromisso dos vereadores de não votar reajuste parcelado.

De acordo com a gestão municipal, a possibilidade de pagamento em parcela única se dá por ajustes que devem ser feitos em algumas secretarias e pela cobrança de devedores da dívida pública do município. “A gente precisa saber do resultado

da assembleia para encaminhar os ajustes. São coisas que os secretários programaram e que terão que fazer cortes. A prefeitura ainda espera arrecadar um pouco mais recebendo de devedores”, calculou a secretária.

Os sindicatos ainda recordaram que a prefeitura mudou a base de cálculo e que o índice divulgado em campanha de lutas está em 15%, o que permite ganho real. “Servidor não nega reajuste. O que ele avalia é a possibilidade de melhorar esses índices”, argumentou o advogado Ludimar Rafanhim. A gestão ainda avalia a possibilidade de parcelar o reajuste.

PLANO DE CARREIRA. Também se discutiu a reformulação da lei 11000. O Sismuc cobra agilidade no debate e mudança da lei, uma vez que a legislação eleitoral restringe o tempo de negociação.

A secretária afirmou que a gestão está discutindo a temática com os procuradores do município. Cavet também tratou dos crescimentos para os servidores. “Por isso a gente não consegue chegar ao INPC”, comparou.

CONCILIAÇÃO DAS GREVES.

O Sismuc voltou a cobrar a conciliação das greves. Aprovada pelos vereadores em 2015, a lei foi vetada pelo prefeito Gustavo Fruet. No tema, a secretária disse que não trata desse assunto nesse momento. Para Meroujy, o tema não precisa ir junto com a lei da data-base. Para ela, a situação pode ser resolvida com decreto a ser discutido até o dia 2 de abril. “Mais uma vez, com a pressão do sindicato, a gestão vai ter que colocar na pauta os descontos. Agora é necessário que os servidores pressionem conjuntamente”, incentiva Irene Rodrigues. ▲

CALENDÁRIO

- 22 de março** ▶ projeto de lei chega à Câmara Municipal
- 24 de março** ▶ PL é analisado em regime de urgência pelas comissões
- 28 de março** ▶ Não tem expediente na CMC.
- 29 de março** ▶ Primeira votação na Casa.
- 31 de março** ▶ Data limite para votação em 2º turno

PAUTA GERAL. Categoria elege representantes para mesa de negociação

Reunião define titulares e suplentes para data-base

Manoel Ramires

A lei da data-base (Lei Municipal nº 8680/95), garante a negociação da Prefeitura com os servidores municipais, organizados por meio da entidade sindical. Em reunião do sistema diretivo hoje (17), a categoria elegeu três titulares e três suplentes para acompanharem o processo este ano junto aos seis representantes da coordenação do Sismuc. O sistema é o órgão interno máximo de deliberação política da entidade.

“Em 2016 vamos para cima deles. Sabemos que o contexto econômico e político é instável e, justamente

por isso, o preço da crise não pode recair sobre os trabalhadores do município. Vamos para esta negociação com muita energia, mas com a mente aberta e prontos para o diálogo. Queremos o que é melhor para a categoria”, explica Irene Rodrigues, coordenadora geral do sindicato.

A pauta geral reivindica 15% de reajuste, corrigindo a inflação e garantindo algum ganho real. A gestão já apresentou proposta de 10,36%, dividido em duas vezes - uma em abril e a outra somente em julho. Na segunda-feira (21), uma assembleia geral com os quatro sindicatos que representam os servidores já está



Função do conselho deliberativo é decidir sobre o encaminhamento político do Sismuc

“Sabemos que o contexto econômico e político é instável e, justamente por isso, o preço da crise não pode recair sobre os trabalhadores”

marcada para as 19h00 no Clube dos Subtenentes (Rua Comendador Fontana, 57).

Além do reajuste salarial, a pauta geral também contempla lutas históricas, como a necessidade do município regulamentar um processo

de denúncia, apuração e punição para o assédio moral na administração pública. Também está em pauta a universalização do vale alimentação, a negociação das greves da saúde e educação e a retomada dos aportes

da Prefeitura ao Instituto Previdenciário Municipal de Curitiba (IPMC). Além disso, a correção de uma distorção que “come as férias” de trabalhadoras que entram em licença gestação durante o usufruto do direito. ▲

ACESSE NO SITE DO SISMUC O CADERNO DA CAMPANHA DE LUTAS

<http://sismuc.org.br/publicacoes-interna-outros/18>

GRATIFICAÇÃO. Sindicato entrará com ação em relação à gratificação especial apenas para sindicalizados

Remanejamento na FAS é aprovado

Por Flávio Laginski

► Servidores municipais da Fundação de Ação Social (FAS) se reuniram no Sismuc. O encontro ocorreu para deliberar sobre a proposta de remanejamento dos trabalhadores da instituição. O modelo foi construído ao longo do último ano em comissão paritária composta por representantes do sindicato e da Fundação. Ainda se discutiu sobre a ação judicial movida pelo sindicato questionando o parcelamento da gratificação especial em três vezes.

A proposta da FAS para o remanejamento, que prevê a possibilidade de permuta a pedido do municipal, foi aprovada pelos presentes. Para a questão da ação, ficou acertado de que haverá uma nova assembleia para decidir os próximos passos. “Vamos dar prazo de 30 dias para a sindicalização dos servidores da FAS. Isso é necessário para que todos possam de fato se beneficiar da ação que será judicializada pelo sindicato”, explica a coordenadora-geral do Sismuc, Irene Rodrigues. ▲



na pauta

Professores em luta

▶ Professores da rede estadual da educação, em conjunto com pais, mães e estudantes, realizaram uma manifestação no dia 17, no centro de Curitiba, pedindo escola pública de qualidade no Paraná. Entre as principais demandas dos manifestantes estavam o cumprimento da Lei Nacional do Piso Salarial, o fim das terceirizações, que o governador Beto Richa (PSDB) pare de atrasar e parcelar salários, pelo fim do fechamento de escolas e turmas. O ato integra uma greve nacional da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

R\$ 100 milhões

▶▶ Dívida do governo do estado com a categoria.

Sede da CUT-PR é alvo de atentado

▶ Durante a madrugada da noite do dia 16 para o dia 17, a sede da Central Única dos Trabalhadores do Paraná foi atacada. Os muros da entidade foram pichados com frases como "fora milícia". A porta de vidro foi quebrada, alvo de pedras jogadas contra o prédio da instituição. No dia seguinte, 18, o local foi alvo de uma bomba caseira. De acordo com a central, "Os prejuízos não são contabilizados nas finanças do que deverá ser arrumado. O problema, bem como o alvo central do ataque, foi a democracia brasileira".



Divulgação

Acima da inflação

▶ Os servidores municipais de Mandaguari conquistaram reajuste salarial acima da inflação. O pagamento dos servidores fica em 11,07%. Os trabalhadores também conseguiram ampliar o vale alimentação de R\$ 80 para R\$ 100. Ainda foi ampliada a faixa de corte de R\$ 1000 para R\$ 1600. Com isso, metade da base passe a receber o vale.



“A imprensa e o judiciário não podem atuar como partido político. O que está em jogo é a própria democracia, a estabilidade do país e todas as instituições do Estado”

Leticia Sabatella, atriz, em sua página de facebook

CONFESSMUC

Projeto de lei das estatais estimula privatização

Gibrán Mendes



Maria Rita Serrano, Jair Pedro Ferreira e Eliana Maria Santos

Paula Padilha/Terra Sem Males

▶ Foi debatido em Curitiba, no Espaço Cultural dos Bancários, o Projeto de Lei que estabelece o chamado Estatuto das Estatais, que deve ser votado no Senado. De acordo com a bancária Maria Rita Serrano, que é conselheira eleita pelos trabalhadores no Conselho de Administração da Caixa, o PLS 555 tem por objetivo valorizar o capital privado em detrimento da função social das estatais, que é descrita em duas linhas de todo o projeto, refere-se apenas à segurança da nação.

“O PLS não escreve como funções sociais das estatais a geração de emprego, desenvolvimento e infraestrutura do país, investimento na população de baixa renda. Nada. Tem caráter privatista, cerne no neoliberalismo, na diminuição do poder do Estado na economia, o mercado regula por si próprio”, define.

Serrano é representante do Comitê Nacional contra o PLS 555 e informou que após oito meses de mobilização, o governo

federal iniciou negociação para alterar o texto. O relator do projeto, senador Tasso Jereissati, fez algumas alterações de ontem para hoje, mas sinalizou ter rompido com o governo ao manter a obrigatoriedade de todas as empresas públicas se tornarem sociedades anônimas.

A tramitação do projeto no Senado ocorre em caráter de urgência. “Como a gente vem pressionando muito no senado, no governo, fazendo o debate no país, isso obrigou que o governo interferisse no projeto feito em dois meses”, explicou Rita.

O estatuto das estatais que todas as empresas virarão sociedade anônima fechada. “Nenhuma diferença com sociedade aberta. O princípio está dado, adequar as empresas às sociedades anônimas. Atualmente, para abrir o capital da Caixa é preciso lei específica no Congresso Nacional. Na nova regra, uma única reunião no conselho de administração pode decidir abertura de capital da Caixa. Tasso rompeu o diálogo com o governo”, alertou Rita. ▲

OIT

30% dos trabalhadores migrantes do mundo estão no continente americano

▶ Cerca de 28% do total de trabalhadores migrantes do mundo estão concentrados no continente americano, e esse número tem aumentado rapidamente”, avisou o Especialista Regional em Emprego para Juventude e Migração Laboral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guillermo Dema, no primeiro dia do Seminário Regional de Cooperação Sul-Sul sobre a Proteção dos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Migrantes na América Latina e no Caribe, realizado na semana passada.

“Enquanto que em 2010 havia 25,1 milhões de trabalhadores migrantes na América do Norte e 3,2 milhões na América

Latina e no Caribe, estes dados aumentaram para 37 milhões e 4,3 milhões respectivamente em 2015, ou seja, um aumento de mais de 13 milhões de trabalhadores migrantes no continente americano em apenas cinco anos”. ▲



AGENDA



Março

- 23** **Reunião remanejamento FAS** Horário: 14h
Local: FAS Campo Comprido
- Assembleia Prestação de Contas** Horário: 19h
Local: Sismuc
- 24** **Coletivo dos Aposentados** Horário: 14h
Local: Sismuc
- 25** **Assembleia de prestação de contas** Horário: 19h
Local: Sismuc
- 28** **Coletivo Fundação Cultural de Curitiba (FCC)** Horário: 19h
Local: Sismuc
- Coletivo dos fiscais** Horário: 19h
Local: Sismuc
- 29** **Primeira votação reajuste municipais** Horário: 9h
Local: Câmara Municipal
- Ato unificado dos sindicatos** Horário: 9h
Local: Câmara Municipal
- 31** **Data limite para votação em 2º turno** Horário: 9h
Local: Câmara Municipal
- Data Base dos servidores municipais** Horário: 8h
Local: Curitiba

Abril

- 04** **Coletivo Agentes Administrativos** Horário: 19h
Local: Sismuc
- 05** **Coletivo Delegados Sindicais** Horário: 9 e 14h
Local: Sismuc
- 29** **Paralisação estadual – Massacre professores** Horário: 9h
Local: Curitiba

MEMÓRIA

Divulgação | Câmara Municipal de Curitiba



Câmara Municipal faz exposição sobre Curitiba

Por Michelle Stival da Rocha (CMC)

Em comemoração aos aniversários de 323 anos de Curitiba, a Câmara Municipal realiza a exposição “Curitiba Ontem e Hoje - 161 anos em retratos do desenvolvimento da cidade”. Cem fotografias, dispostas nas galerias do Palácio Rio Branco, contarão parte da história da capital paranaense.

Das cem imagens, cinquenta são antigas e fazem parte do acervo do jornalista e pesquisador Cid Destefani, falecido em setembro de 2015. As outras 50 foram tiradas dos mesmos ângulos, entre 2015 e 2016, pelos fotógrafos da Câmara Municipal - Andressa Katriny e Chico Camargo. Desta forma, o Legislativo, traça um comparativo do que foi e no que se transformou o espaço urbano. “Os visitantes poderão perceber mudanças na arquitetura, transporte, vestuário e comportamento das pessoas que por aqui passaram ou aqui vivem”, destaca o diretor de Comunicação da Câmara Municipal, Filipi Oliveira. ▲

SERVIÇO

► O QUÊ:

Exposição Curitiba Ontem e Hoje - 161 anos

► QUANDO:

De 23 de março a 23 de julho

► ONDE:

Câmara Municipal de Curitiba | Galerias do Palácio Rio Branco

Endereço: Rua Barão do Rio Branco, 720, Centro, Curitiba (PR)

TEATRO

Começa o festival de Teatro de Curitiba

Por Ulisses Galetto

► O Festival de Teatro de Curitiba inicia sua 25ª edição se consolidando como o principal evento do gênero no Brasil. Neste ano, conta com a curadoria de dois grandes nomes da cena curitibana, já reconhecidos pelo público e crítica nacionais: o diretor Marcio Abreu, da Companhia Brasileira de Teatro, e o ator Guilherme Weber. Ao todo, serão 347 espetáculos, 35 na Mostra Oficial e 312 no Fringe, uma mostra paralela repleta de talentos. De 22 de março a 04 de abril serão mais de 1.300 apresenta-



ções distribuídas nos principais espaços da capital paranaense e na rua. Haverá eventos simultâneos ligados ao Festival, dinamizando e otimizando o potencial para receber os mais de 200 mil espectadores aguardados. Os ingressos, já a venda, variam de R\$ 6 a R\$ 70. ▲

PARA SABER MAIS:
festivaldec Curitiba.
com.br

A REVISTA **ágora**

RESOLVEU INOVAR:

NESTA EDIÇÃO TERÁ

DUAS CAPAS!

